



João Caiado Guerreiro
Advogado

Negócios à parte | "A Justiça portuguesa precisa urgentemente de um Simplex, um programa que tem feito maravilhas noutras áreas. E, já agora, os juízes têm de ter poder disciplinar e autoridade sobre os funcionários dos tribunais"

Justiça rápida e de qualidade é bom negócio

Um colega advogado inglês comentava recentemente o sucesso das sociedades de advogados inglesas e do ecossistema da City de Londres da seguinte forma: "Somos abençoados por termos um sistema de justiça célere em que o mundo confia e isso tem permitido à Inglaterra afirmar-se cada vez mais como o local dos grandes negócios, mesmo quando os negócios nada tem que ver com Inglaterra". É verdade, o crescimento da City tem sido um processo de extraordinário sucesso nos últimos anos. E a riqueza produzida pelas actividades financeiras e legais na City não fica só em Londres nem nos profissionais super bem pagos que trabalham nos bancos, nas sociedades de advogados, nas bolsas. Ela passa para toda a Londres, distribuindo-se por toda a sociedade e pelo resto de Inglaterra.

Uma justiça célere e de qualidade é fundamental em qualquer Estado. Mas sobretudo é o num estado de direito. E a justiça é uma das funções basilares do Estado ao nível da defesa. Dela tudo depende. Não chega dizer que somos uma democracia: o respeito dos direitos dos cidadãos exige tribunais independentes e que tomem de-

cisões em tempo útil. Além disso, como se vê pela City, uma justiça boa e rápida é um excelente negócio para os países. Grande parte do sucesso económico da Inglaterra assenta na boa regulação do sistema financeiro e num sistema de justiça que toma boas decisões em tempo útil. Isso leva os investidores a investirem lá e, mais do que isso, a localizarem aí as suas transacções ou simplesmente, a sujeitarem-nas à lei inglesa e a arbitragem a ter lugar em Londres ou aos tribunais ingleses. À volta da boa justiça inglesa criou-se uma enorme indústria que emprega dezenas de milhares de pessoas: advogados, peritos, árbitros, pessoal de suporte, hotéis, transportes, etc..

Infelizmente, em Portugal, a nossa justiça afasta os investidores estrangeiros e mesmo os nacionais, com enorme prejuízo para todos. Cada vez mais, contratos entre investidores estrangeiros e portugueses, envolvendo disputas essencialmente nacionais, são deslocalizados para fora do país. Com prejuízo para toda a indústria legal portuguesa.

Mas a deslocalização só admira quem não conheça o que se passa nos nossos

tribunais. Atentemos nos indicadores de justiça de 2005 – os últimos disponíveis. Em Portugal, o prazo médio para a decisão de um litígio cível na primeira instância foram 27 meses mas em Lisboa atingem-se uns impressionantes 42 meses. Pior justiça é impossível. Por muita qualidade que tenha uma decisão, e umas tem outras não, três anos e meio para uma primeira decisão é a maior injustiça. Um processo não deveria levar mais do que um ano em cada instância ou seja, três anos até à decisão final. E, não era das comunicações instantâneas três anos já é muito tempo! Os tribunais portugueses, ao contrário do que se pensa, não tem falta de meios ou de pessoal, os meios são, estatisticamente, superiores aos de outros países com justiça bem melhor. O que falta é organização, e eventualmente, melhor tecnologia e preparação dos funcionários.

A Justiça portuguesa precisa urgentemente de um Simplex, um programa que tem feito maravilhas noutras áreas. E, já agora, os juízes têm de ter poder disciplinar e autoridade sobre os funcionários dos tribunais. É que, surpresa para quem não co-

nehe o sistema, não tem! E mesmo que queiram, também não tem assistentes que lhes permitam ser mais produtivos e trabalharem em equipa. O amigo leitor já imaginou ser responsável pela produção de uma organização – como são os juízes – sem ter poder de direcção e disciplinar sobre os colaboradores?

A reforma da justiça faz-se, pois, com alterações legais nas formas de processo, simplificando procedimentos mas também necessita de bom senso e boa gestão. Algumas das questões até são fáceis de resolver mas politicamente difíceis de impor. Outras requerem mudança de mentalidades dos próprios julgadores. O nível de prova exigido para cobrar uma dívida tem de estar de acordo com os usos comerciais. Dito de outro modo é necessário que quem julga tenha experiência ou pelo menos entenda os usos e as práticas do mundo dos negócios.

Portugal precisa de melhorar a qualidade da sua justiça, mas, agora, precisa sobretudo de aumentar a quantidade de decisões para reduzir drasticamente o tempo que os tribunais levam a decidir uma causa. Uma justiça mais rápida faz falta a todos. ▀